

## Diversidade religiosa árabe no Brasil: igrejas e mesquitas na paisagem urbana de São Paulo<sup>1</sup>



Samira Adel Osman<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo apresenta a pluralidade religiosa dos imigrantes de origem árabe estabelecidos no Brasil a partir do final do século XIX. Construindo igrejas e mesquitas, esses imigrantes contribuíram para o enriquecimento da paisagem urbana e do patrimônio cultural de São Paulo. A edificação dos templos religiosos é uma das formas de externar a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se praticam e se preservam os elementos de fé cristãs e muçulmanas em sua diversidade.

### Introdução

No dia 10 de julho de 2022, quando o Brasil mal se reerguia das consequências da pandemia da COVID-19 e procurava retomar suas atividades, um incêndio nos arredores

---

<sup>1</sup> Esse artigo é parte de temas sobre a imigração árabe no Brasil que tenho desenvolvido em minhas pesquisas acadêmicas. Sobre a diversidade religiosa desse grupo, cujo debate já apresentei em minha dissertação de mestrado e tese de doutorado, uma pesquisa mais ampla foi realizada em 2013, que resultou na publicação dos capítulos “Cristãos e muçulmanos na experiência migratória árabe no Brasil” (2013) e “Os árabes e suas religiões: islamismo e cristianismo na comunidade imigrante” (2016), além do artigo “Presença muçulmana no Brasil” (2019). Parte desse material (pesquisa bibliográfica, entrevistas e fotografias) foi aproveitada para a expansão do tema neste artigo, sobretudo para as comunidades religiosas ainda pouco conhecidas. Ressalta-se que muitas das informações sobre os ritos e práticas religiosas foram obtidas por meio de entrevistas com arcebispos, bispos, sheiks e imans, enquanto dados sobre as famílias e a formação das sociedades religiosas foram extraídos das fontes documentais dessas entidades (atas de fundação, principalmente), enquanto igrejas e mesquitas foram por mim catalogadas, seja em pesquisa virtual, seja em pesquisa de campo. As demais referências sobre a história da imigração e da religião podem ser encontradas ao final do artigo. Agradeço às colegas Carolina Pulici e Alessandra El Far pelo convite para fazer parte desse oportuno dossiê.

<sup>2</sup> Docente de História da Ásia da UNIFESP. Doutora em História. Email: samira.osman@unifesp.br.

da icônica região da 25 de Março, no centro de São Paulo, se alastrou por diversos prédios comerciais. Um edifício com uma pequena porta, despercebido aos transeuntes menos acostumados com a história da região, também foi atingido e parcialmente danificado.

O prédio em questão não era de uso comercial, embora sua estrutura original esteja atualmente ocupada por diversos estabelecimentos dessa natureza. A pequena porta dá acesso à Igreja Ortodoxa Antioquina da Anunciação à Nossa Senhora, ou simplesmente Igreja Ortodoxa, como é mais conhecida pelos antigos e assíduos frequentadores que acompanham as missas semanais em todas as manhãs de quartas-feiras.

Localizada na Rua Cavalheiro Basílio Jafet, outrora Rua Itobi, o pequeno templo religioso foi tombado em 2007 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), em conjunto com outras edificações do chamado Centro Velho. Imigrantes de origem síria e libanesa que começaram a chegar ao Brasil no fim do século XIX, tendo escolhido preferencialmente São Paulo e a região da 25 de Março para se estabelecerem, eram, em sua maioria, cristãos orientais do rito ortodoxo, assim como outros imigrantes minoritários de origem russa e grega, que professavam o mesmo credo.

A construção do templo foi antecedida pela iniciativa do padre Mussa Abi Haidar, que incentivou os primeiros imigrantes a alugarem um salão na Rua 25 de Março, depois transferido para uma casa na Rua Florêncio de Abreu, para que ali funcionasse a primeira Igreja Ortodoxa na cidade e no país, e estando entre as pioneiras na América Latina. Em 1897, foi fundada a Sociedade Ortodoxa São Paulo, que contava com a participação de membros das primeiras famílias árabes mais proeminentes, como Jafet, Assad, Calfat, Buchedid, Gerab, Yazbec. O objetivo dessa sociedade era arrecadar recursos para adquirir terreno e construir a primeira sede religiosa, ação efetivada entre 1902 e 1904. Esses imigrantes foram reconhecidos como ortodoxos antioquinos diaspóricos, e assim o Patriarcado de Antioquia consagrou o primeiro bispo para o Brasil em 1922. Juntamente às funções religiosas, foram estabelecidas aulas de árabe e, mais tarde, um colégio misto com funções educacional e cultural, atendendo tanto os ortodoxos como outros membros da comunidade árabe.

Assim, a igreja, que atendia aos serviços religiosos dos imigrantes que trabalhavam e viviam nessa região e nas proximidades, tinha uma função social e associativa, que mantinha o objetivo de manutenção e coesão do grupo e preservação de sua identidade

cultural e religiosa, bem como de ampliação e criação de demais organizações e instituições. Dali saíram, por exemplo, a ideia da construção de um hospital, mais tarde o renomado Hospital Sírio-Libanês, uma das marcas da ascensão social do grupo e de sua inserção na sociedade brasileira.

A pequena igreja continuava atendendo e prestando serviços religiosos, mas, décadas depois, com a dispersão dos moradores mais enriquecidos por outros bairros da cidade, cresceu a ideia da construção de uma catedral. Em 1944, foi fundada a Irmandade Ortodoxa Apóstolo São Paulo, que, com a Liga das Senhoras Ortodoxas, fundada em 1948, tinha a finalidade de angariar fundos para a construção de uma catedral que pudesse atender às necessidades da comunidade, cada vez maior e mais influente. Em 1947, a diretoria da Irmandade passou a funcionar como Conselho Administrativo da Diocese de São Paulo, formado por membros leigos, cuja função até o presente momento é prestar auxílio material e de gestão de recursos. Por sua vez, a Liga das Senhoras Ortodoxas concentrou suas ações no setor educacional, cultural e de assistência social, com a fundação do Colégio Metropolitano de São Paulo, em funcionamento desde 1953 na região do Paraíso.

A escolha do bairro do Paraíso para sediar a futura catedral acompanhou a ascensão e mobilidade econômica e social da comunidade árabe que, da Região da 25 de Março, passou a ocupar áreas mais valorizadas da cidade, com caráter mais residencial e menos comercial. A família Assad Abdalla presidiu os trabalhos para a construção da catedral, que contou com membros, colaboração e doações de outras famílias árabes, como Abdallah, Rizkallah, Azem, Cury, Semim, Maluhy, Mahfouz, Jafet, Maksoud, Habib, Bondouki, Anauate, Chohfi, Nasrallah, Narchi, Kapaz, Chedid, Sallum, Doumit, Saad, Camasmie, Jazra, Kahla, Dib, Elias, Bittar, Daher, Samara, Zarzur, Bukassim, Shahin, Yázigi, entre muitas outras, enquanto a família Azem Azem custeou a sede do arcebispado na parte posterior da catedral.

O terreno foi adquirido em 1940, e adota-se a data oficial de 2 de maio de 1942 do início das obras, quando foi implantada a pedra fundamental. A inauguração ocorreu em janeiro de 1954, como parte dos festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, e sua consagração ocorreu em 1958 pelo patriarca Elias IV. A família Camasmie, na figura do arquiteto Paulo Taufic Camasmie, foi a responsável pela preparação do projeto arquitetônico, que deveria remeter ao estilo das igrejas orientais bizantinas. Dessa forma, a catedral (Figura 1), avistada de diversos pontos da região, foi projetada externamente com

sua cúpula central, representando a abóbada celeste, revestida com lâmina dourada na restauração de 2004.

Internamente, num espaço amplo e aberto, destaca-se a nave em cruz grega, marcada pela cúpula central sustentada por duas semicúpulas e absides laterais, além de arcos e colunas marmorizadas laterais, com ornamentos dourados em estilo coríntio. A pintura das abóbadas centrais e dos mezaninos laterais é obra de Joseph Trabulsi e data da década de 1950, enquanto as pinturas laterais e da cúpula do altar são recentes, realizadas entre os anos de 2000 e 2003, de autoria de Hannan Houli. No altar, projeta-se o iconostásio (Figura 2) — o local em que se colocam os ícones —, cuja função é separar o Santuário, local dos santos com acesso restrito ao clero, da Assembleia. A comunicação entre esses ambientes é feita pela Porta Régia, ou Porta Sacerdotal, situada ao centro, pela Porta Norte, à esquerda, e pela Porta Sul, à direita. Entalhadas à mão em mármore de Carrara e pintadas pelo iconógrafo russo Krivotz, o iconostásio 65 imagens e respeita a obrigatoriedade da presença das imagens de Cristo, de Nossa Senhora, de São João Batista e do padroeiro da igreja.

**FIGURA 1** – Catedral Ortodoxa



**Fonte:** Acervo da autora.

**FIGURA 2** – Iconostásio

**Fonte:** Acervo da autora.

Na mesma Rua Cavalheiro Basílio Jafet, antiga Rua Itobi, reuniu-se a Comissão Pró-Mesquita Brasil no início de 1940. A comissão foi criada em decorrência da fundação da Sociedade Beneficente Muçulmana em 1929, contando, inicialmente, com a participação das famílias Kadurah, Tauf, Said, Issa, Zainab, entre outras. Entre os objetivos expressos em seu estatuto estavam a construção de um templo religioso — a mesquita —, seguindo o exemplo das comunidades muçulmanas de capitais mundiais, como Londres, Berlim, Paris e a cidade de Nova Iorque, e a formação de um departamento de assistência social para os necessitados, tanto do mesmo credo quanto de outros, além de uma escola árabe para atender os membros dessa comunidade desejosos de manter os vínculos educacionais e culturais de origem. Em 1933, foi fundado o jornal *Al zikra* — em português, *A recordação* —, órgão de divulgação oficial das atividades da sociedade e meio para angariar apoio e recursos para a construção do que seria a primeira mesquita em São Paulo, no Brasil e na América Latina.

Contando com a presença do então prefeito Prestes Maia, em 10 de janeiro de 1942, era lançada a pedra fundamental da Mesquita Brasil (Figura 3), no terreno aproximado de 2.500 m<sup>2</sup>, adquirido nas proximidades da Avenida do Estado, na região do Parque D. Pedro, zona central da cidade. Em 16 de junho de 1950, no prédio ainda inacabado, foi realizada a primeira oração congregacional da sexta-feira. A gestão de 1957 da Sociedade Beneficente,

formada pelas famílias Orrah, Sumaili, Dargham, Araf, entre outras, deu continuidade aos trabalhos de construção do templo, que seria entregue à comunidade para pleno funcionamento no início da década de 1970, tendo sido possível a partir do aporte financeiro dos governos do Egito, Arábia Saudita e Iraque, que também doou uma cortina especial — relíquia da Caaba, ordinariamente substituída —, além da família Pahlevi, reinante no Irã, que doou uma coleção de tapetes confeccionados especialmente para essa mesquita, enquanto o Congresso Muçulmano fez uma doação de livros, com o objetivo de divulgar a língua e a cultura árabe e a islâmica.

O projeto arquitetônico e a execução das obras da mesquita estiveram a cargo do arquiteto Paulo Taufic Camasmie. A mesquita, que ocupa uma área de 600 m<sup>2</sup> e foi construída em estilo mameluco, em referência à dinastia que floresceu no Egito entre os séculos XIII e XVI, caracteriza-se pela planta retangular, abóbadas suntuosas, minaretes altos e pátios internos, além de técnicas de claro-escuro para dar efeitos de luminosidade e grandiosidade. Internamente, os padrões decorativos em arabescos e as passagens dos versículos corânicos em escrita cúfica acompanham o mihrab (Figura 4), nicho que indica a orientação das orações voltadas para a cidade sagrada de Meca, e o minbar, púlpito no qual o líder religioso lidera as orações e realiza a homilia. Apesar de sua importância histórica e arquitetônica para a imigração árabe e muçulmana e para a cidade de São Paulo, a mesquita ainda não entrou na lista de tombamento da cidade, tarefa urgente que pode tanto salvá-la do crescimento urbano e desenfreado quanto dos gostos e interferências duvidosos de quem têm administrado atualmente a sociedade e que descaracterizaram suas cores originais.



**FIGURA 3** – Mesquita Brasil



**Fonte:** Acervo da autora.

**FIGURA 4** – Mihrab



**Fonte:** Acervo da autora.



Os dois templos estão carregados de pontos comuns, que não se tratam de meras coincidências. Não é apenas o fato de estarem localizados na região central de São Paulo, terem sido projetados pelo mesmo arquiteto, se sobressaírem na paisagem urbana ou se destacarem no patrimônio arquitetônico das ruas da cidade. A catedral e a mesquita, pioneiras no Brasil e na América Latina, representam a diversidade religiosa da região de origem desses imigrantes que tiveram a oportunidade de transpor para as novas terras suas tradições religiosas e culturais, preservá-las e difundi-las às novas gerações. Também não são os únicos exemplares, pois, a partir delas, outros templos de ambas as vertentes se espalharam pelos bairros da cidade e por diversas outras cidades do estado, bem como por muitos lugares Brasil afora, acompanhando o fluxo migratório e a inserção do grupo nos pontos mais remotos do país, marcando essa presença por meio de sua origem e diversidade religiosa.

## **Imigração e religião**

A imigração árabe ao Brasil, cujos indivíduos são provenientes de regiões atuais do Líbano, da Síria e da Palestina, teve início no fim do século XIX, e pode-se afirmar que é um processo que segue em curso, uma vez que acontecimentos políticos, econômicos e bélicos impulsionam novas levas ao país. Marca contundente desse grupo, genericamente chamado de “árabe”, em substituição ao impopular e anedótico “turco”, é a questão religiosa, que a difere da história da imigração de outros grupos.

O primeiro aspecto que deve ser considerado em relação à procedência desses indivíduos é a perspectiva generalizante sobre o conceito de arabização e islamização e onde, entre esses dois termos, estariam os cristãos. De uma forma genérica, considera-se que todo país árabe é muçulmano. Numa perspectiva orientalista e reducionista, prevaleceu uma visão do senso comum de que o islamismo é uma religião proselitista e impositora de suas crenças a todos os grupos nas terras pelas quais se expandiu e se consolidou, com um padrão de perseguição e ameaça às comunidades cristãs.

Desde o surgimento do islamismo no século VII, com a pregação do profeta Maomé e a expansão territorial iniciada nos primórdios do Califado, os processos de arabização (expansão da língua e cultura árabes) e islamização (expansão da fé religiosa) foram concomitantes, mas enquanto o primeiro teve um sentido prático de usar a língua do

conquistador, substituindo de forma progressiva o grego, como língua da administração e da burocracia, e o aramaico e o siríaco como línguas litúrgica e vernacular, o segundo aspecto não poderia ser imposto aos chamados “povos do livro”, cristãos e judeus que compartilhavam da crença em um único Deus. Com certeza houve islamização, mas jamais pela imposição coercitiva da fé. Àqueles que mantiveram sua crença original foi lhes dados o status de *dhimmi* — protegidos —, o que, na prática, significou a cobrança de tributos aos indivíduos de outras religiões monoteístas de forma mais elevada do que aos muçulmanos.

Dessa forma, em diferentes regiões por onde o islamismo se expandiu, o cristianismo, em suas mais distintas vertentes, continuou sendo praticado, seja no norte da África, na região do Levante ou no Golfo Pérsico. Mais do que isso, regiões como Líbano, Síria e Palestina foram locais onde os cristãos orientais puderam professar sua fé longe da perseguição e intolerância de seus irmãos de fé ocidentais. Mais tarde, com o fim dos califados árabes e o domínio turco-otomano nesses locais, manteve-se a mesma característica de organização social e religiosa, com a denominação de *millet*, comunidade confessional com certa autonomia e responsabilidade para gerir seus membros dentro da estrutura do Império.

Líbano, Síria e Palestina se converteram em um mosaico religioso com diversos grupos confessionais que extrapolaram as simples denominações cristãos e muçulmanos. O Líbano atual, por exemplo, tem 23 comunidades religiosas, sendo 18 delas oficialmente reconhecidas. Entre os cristãos estão os ortodoxos, os maronitas, os melquitas, os armênios ortodoxos e os armênios católicos, os sírios ortodoxos e os sírios católicos, os caldeus e os nestorianos, os protestantes e os coptas no Egito; e entre os muçulmanos estão os sunitas e os xiitas duodecimalistas, os ismaelitas, os alauítas, os drusos e os sufis. Portanto, um mosaico religioso que foi também transposto na imigração e serviu como meio de manutenção cultural e ligação direta ou simbólico-afetiva com as terras de origem, como testemunham as pioneiras catedral e mesquita que introduzem este artigo. Mas há ainda mais.

Os primeiros trabalhos dedicados ao registro da presença da comunidade imigrante de origem árabe no Brasil foram feitos por seus próprios membros, que tiveram como objetivo reforçar suas credenciais religiosas, alinhando-se às práticas do país de acolhida, ainda que em vertentes distintas. Também trataram de se distanciar de uma possível

associação com o Império Turco-Otomano, do qual eram parte, e, decorrentemente, do exotismo de uma religião desconhecida para boa parte da população brasileira.

Os trabalhos acadêmicos que se seguiram também deram mais ênfase à presença dos árabes cristãos, em detrimento dos árabes muçulmanos. Diversos fatores explicam esse predomínio: os primeiros imigrantes, contingentes e numericamente superiores, foram de cristãos; a chegada de muçulmanos ocorreu, em maior proporção, a partir da década de 1950; os registros oficiais brasileiros apenas identificaram os imigrantes como católicos e não católicos; a ascensão social dos imigrantes cristãos distanciaram os indivíduos que vieram dos mesmos lugares, mas que professavam credos diferentes; e os jovens imigrantes de origem muçulmana não professavam sua fé de forma pública, restringindo-se aos ambientes familiares e comunitários, o que os tornou quase invisíveis no país de acolhida.

A visibilidade e a identificação dessa presença muçulmana foram alcançadas por motivos paradoxais. Os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos levaram a mídia a rastrear a presença de comunidades muçulmanas árabe em nosso país, e o que poderia ter se convertido em preconceito, intolerância e xenofobia, acabou por atrair um interesse por essa religião, ainda que com toques de orientalismos. Um mês depois dos atentados, a emissora Globo lançava a novela *O Clone*, que tinha um mote secundário inusitado de árabes muçulmanos vivendo entre um país, o Brasil, e outro, o Marrocos. Ainda que carregada de contornos orientalistas, na perspectiva de Said (1990), a novela não retratou grupos libaneses e sírios do Brasil de forma estereotipada. Ao elaborar um enredo mirabolante de clonagem humana, amores impossíveis e barreiras religiosas, a narrativa deu visibilidade aos muçulmanos, sem cair na representação monolítica de “árabes-muçulmanos-terroristas”, tão comum nos Estados Unidos e em boa parte da Europa

Como muitas vezes ocorre, ir de um extremo a outro torna-se a máxima de visões comuns, midiáticas, artísticas, e agora os muçulmanos tornavam-se mais visíveis que os cristãos árabes no Brasil. Numa perspectiva acadêmica e de pesquisa, este artigo aborda, nas seções seguintes, a presença de cristãos e muçulmanos no cenário da cidade de São Paulo — região de destino preferencial desses imigrantes e, ainda hoje, área de maior concentração —, analisando suas instituições religiosas e, a partir delas, a dispersão geográfica pelo país.

## **Cristãos e seu ritos orientais**

De modo simplificado, a liderança do mundo cristão esteve em disputa entre o papado de Roma e o patriarcado de Constantinopla, levando, no ano de 1054, ao chamado Grande Cisma do Oriente, com a ruptura da Igreja Católica Romana e da Igreja Ortodoxa. Além da disputa de poder, o cisma marcou as diferenças linguísticas e culturais, litúrgicas e religiosas, e as respectivas predominâncias no Oriente ou no Ocidente. Entre as diversas tradições orientais, que se traduzem em origens, ritos, vernáculos e dispersão geográfica, destacam-se: a tradição alexandrina (copta), a tradição antioquina (maronita e siríaca), a tradição armênia, a tradição caldeia e a tradição bizantina (melquita, grega e do leste europeu).

A Igreja Ortodoxa é organizada em jurisdições eclesiásticas e tem diversos patriarcados independentes e autônomos, que seguem o rito bizantino ou oriental, apresentando algumas variantes culturais e forte identificação nacional, sob a liderança um patriarca. Os atuais patriarcados são os de Constantinopla, Alexandria, Jerusalém, Antioquia, Rússia, Sérvia, Romênia, Bulgária e Geórgia, além das igrejas autocéfalas da Grécia, Monte Sinai, Chipre, Albânia, República Tcheca e Eslováquia e Polônia e das igrejas autônomas (dependência canônica de outra igreja) da Finlândia, Estônia, Monte Sinai e Estados Unidos. O patriarca de Constantinopla detém o título honorífico e simbólico de chefe espiritual das Igrejas Ortodoxas.

Entre as diferentes comunidades religiosas cristãs presentes na Síria e no Líbano, destacam-se os ortodoxos, os maronitas e os melquitas como grupos majoritários que migraram para o Brasil. Além deles, há comunidades menores, como os sírios ortodoxos (jacobitas), doutrina monofisista do século V; os coptas ortodoxos, igreja autônoma monofisista; os armênios gregorianos (ou ortodoxos); os nestorianos; e os evangélicos, que agrupam as 12 igrejas protestantes do Líbano e da Síria e que também marcaram presença no Brasil.

Os ortodoxos árabes no Brasil são originários da Síria (Homs e Alepo), Líbano (Beirute, ao sul em Nabatieh; e Bekka, ao norte em Trípoli e Akkar) e Palestina (Jerusalém), tendo aqui aportado a partir do final do século XIX. No início, aderiram aos rituais católicos, seja em decorrência dos casamentos com brasileiros, seja por buscarem um conforto espiritual disponível naquele momento. À medida que a comunidade tornava-se



mais expressiva numericamente e muitos de seus membros alcançavam posição de maior prestígio econômico e social, surgiram sociedades e outros tipos de associações destinados a transportar para as novas terras seus ritos religiosos originais.

No Brasil, a Igreja Ortodoxa fez-se representar por meio da comunidade de imigrantes de diferentes patriarcados, sendo a mais expressiva a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina, sob a jurisdição do Patriarcado de Antioquia, que tem sua sede em Damasco, na Síria. Ligada à comunidade ortodoxa árabe, de origem síria, libanesa e, em menor proporção, palestina, concentrou-se, sobretudo, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda que tenha se espalhado pelas mais diferentes regiões do Brasil.

Atualmente, são 18 paróquias, igrejas e comunidades ortodoxas antioquinas no país, sendo que a Catedral Metropolitana Ortodoxa é a sede do Arcebispado Metropolitano e ocupa a posição de Arquidiocese de São Paulo e de todo o Brasil da Igreja Ortodoxa Antioquina, com exceção do Rio de Janeiro (Igreja Ortodoxa de São Nicolau), que se encontra diretamente subordinado ao Patriarcado de Antioquia. Na cidade de São Paulo, além da Catedral Ortodoxa, há a Igreja da Anunciação e duas capelas, a de Santo Antoun e a de São Jorge, ligadas às obras assistenciais sírias; e no estado de São Paulo, há seis igrejas (São José do Rio Preto, Bariri, Embu-Guaçu, Ituverava, Lins e Santos). Em outras regiões do Brasil, encontram-se igrejas em Brasília, Anápolis e Goiânia (GO), em Belo Horizonte e Guaxupé (MG), Curitiba (PR) e Recife (PE).

O ritual praticado, comum a todos os ortodoxos, independentemente da origem étnica, é baseado na contemplação, oração e introspecção segundo as regras estabelecidas por São Basílio e São João Crisóstomo. Por esse motivo, o atendimento e os serviços prestados para ortodoxos de origem russa, grega ou brasileira interessados no culto ortodoxo são os mesmos prestados para a comunidade árabe. As missas são realizadas, na maioria das vezes, em português, embora ainda ocorram em árabe clássico da liturgia. Mesmo assim, a presença árabe faz-se notar na origem da igreja até os dias atuais, quer como parte atuante do Conselho Administrativo, custeando obras de restauro e reforma, quer na participação nos serviços religiosos. Ainda que o papel fundamental da igreja seja prestar assistência religiosa em missas, casamentos, batismo, bênçãos e velórios, não se desconsidera que o local é visto pela comunidade árabe como um elo com a pátria de origem e como forma de manutenção e preservação de sua tradição e história ao longo das gerações.

Duas importantes igrejas orientais ligadas ao rito católico latino também foram construídas e administradas nos primórdios da imigração árabe ao Brasil. São as do ramo maronita e do ramo melquita. Enquanto o ramo maronita manteve-se em plena comunhão com a Igreja Católica Romana, sendo a única que não se dividiu nos ramos católico ou ortodoxo, a Igreja Melquita envolveu-se diretamente nas disputas entre bizantinos e latinos. Ao se posicionar em favor dos últimos, foram chamados de de “realistas” (em árabe, *maleks*), algo como “mais realistas que o rei”.

Os maronitas reconhecem a autoridade do papa, mas seguem sob a jurisdição eclesiástica do Patriarcado Católico Maronita de Antioquia, sediado em Bkerke, ao norte do Líbano. Bkerke foi o local da pregação católica de São Maron no século VII, após sua perseguição na Síria, e é onde se encontra o seu principal mosteiro. Ainda que católicos, os ritos são orientais seguindo a liturgia de Antioquia, celebrado em aramaico e siríaco, e com devoção a São Charbel e Santa Rebeca (Rafqa), além de São Maron. No entanto, o que mais marca e diferencia os maronitas de seus demais irmãos de fé é a forte vinculação entre a identidade religiosa, maronita, e a consciência nacional, libanesa, o que significa dizer que os maronitas se autodenominam os verdadeiros libaneses, seja no Líbano, seja na diáspora majoritariamente concentrada nos Estados Unidos e no Brasil.

Os maronitas estiveram entre as primeiras leva imigrantes e se espalharam em pequenas e grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Nas pequenas cidades, incorporaram-se às igrejas católicas, mas nas duas capitais com maior expressão numérica, procuraram, desde o início, preservar as tradições para manter o grupo unido e coeso. O padre Yacoub, da família Saliba, incentivou seus conterrâneos e irmãos em fé a fundarem, em 1907, a Sociedade Maronita de Beneficência, inaugurada no dia 9 de fevereiro, dia de São Charbel. Nomes como o da família do filólogo Miguel Nimer, e das famílias Zoghbi, Estefano, Cassab, Massud, Saiad e Caram, figuraram entre os primeiros membros.

A sociedade realizava obras filantrópicas e assistenciais, mantinha um jazigo comunitário no Cemitério da Consolação, auxiliava no repatriamento daqueles que desejassem, publicou o jornal *Al manarat — O farol* — entre 1901 e 1911 e se envolveu diretamente na criação da primeira igreja maronita do Brasil e da América do Sul. A Paróquia Nossa Senhora do Líbano funcionou na Rua 25 de Março de 1902 a 1917, quando projetos urbanísticos levaram à sua demolição. Com o falecimento do padre Yacoub em

1926, a Igreja ficou sem sede e sem atividades, tendo sido nominalmente incorporada à Missão Libanesa no Brasil, sediada no Rio de Janeiro desde 1931.

Em 1946, foram retomados os serviços religiosos, mas sem uma sede própria. Em 1954, instalou-se na Rua Tamandaré, no bairro da Liberdade, em São Paulo, a Missão da Ordem Libanesa Maronita de São Paulo, e no ano seguinte foram criadas a Irmandade Nossa Senhora do Líbano, a Sociedade Charbel do Brasil e a Escola Síria, unindo os objetivos de construção do templo às atividades sociais, culturais e educacionais. Em 1962, criou-se a Diocese Maronita do Brasil, a primeira fora do Oriente, e a igreja como sede do bispado foi consagrada Catedral (Figuras 5). Hoje, há 12 paróquias, destacando-se a do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, de Minas Gerais (Belo Horizonte e Carmo do Cajuru), de Bauru, de São José do Rio Preto, de Campinas, de Piracicaba e de Guarulhos (São Paulo).

Na Catedral, os cultos são em árabe aos domingos, e em maio são realizadas comemorações — que também servem como meio para celebrar e manter a cultura e as tradições dessa comunidade — em homenagem à padroeira (Figura 6) e a São Maron, além da festa anual da Sociedade Maronita. Ainda, os objetivos mais recentes têm sido o de reavivar a identidade libanesa por meio da expressão da fé maronita e da reforma da Catedral, feita com pedras trazidas diretamente do Líbano como uma forma simbólica de se manter a ligação com a terra de origem.

**FIGURA 5** – Catedral Nossa Senhora do Líbano



**Fonte:** Acervo da autora.



**FIGURA 6** – Padroeira



**Fonte:** Acervo da autora.

A Igreja Melquita, uma das mais antigas da região oriental, foi a primeira a usar o árabe como língua litúrgica desde o processo de arabização ocorrido no século VIII. Ela se manteve coesa até o século XVIII, quando a ação jesuítica na Síria levou à sua divisão como católicos (ou uniatos) e ortodoxos (ou antioquinos). Apesar da separação, ambos os ramos seguem a liturgia e o rito bizantino, a devoção a São Crisóstomo e São Basílio e o uso de ícones sagrados. Há três sedes do Patriarcado: Antioquia e Oriente, Alexandria e Jerusalém.

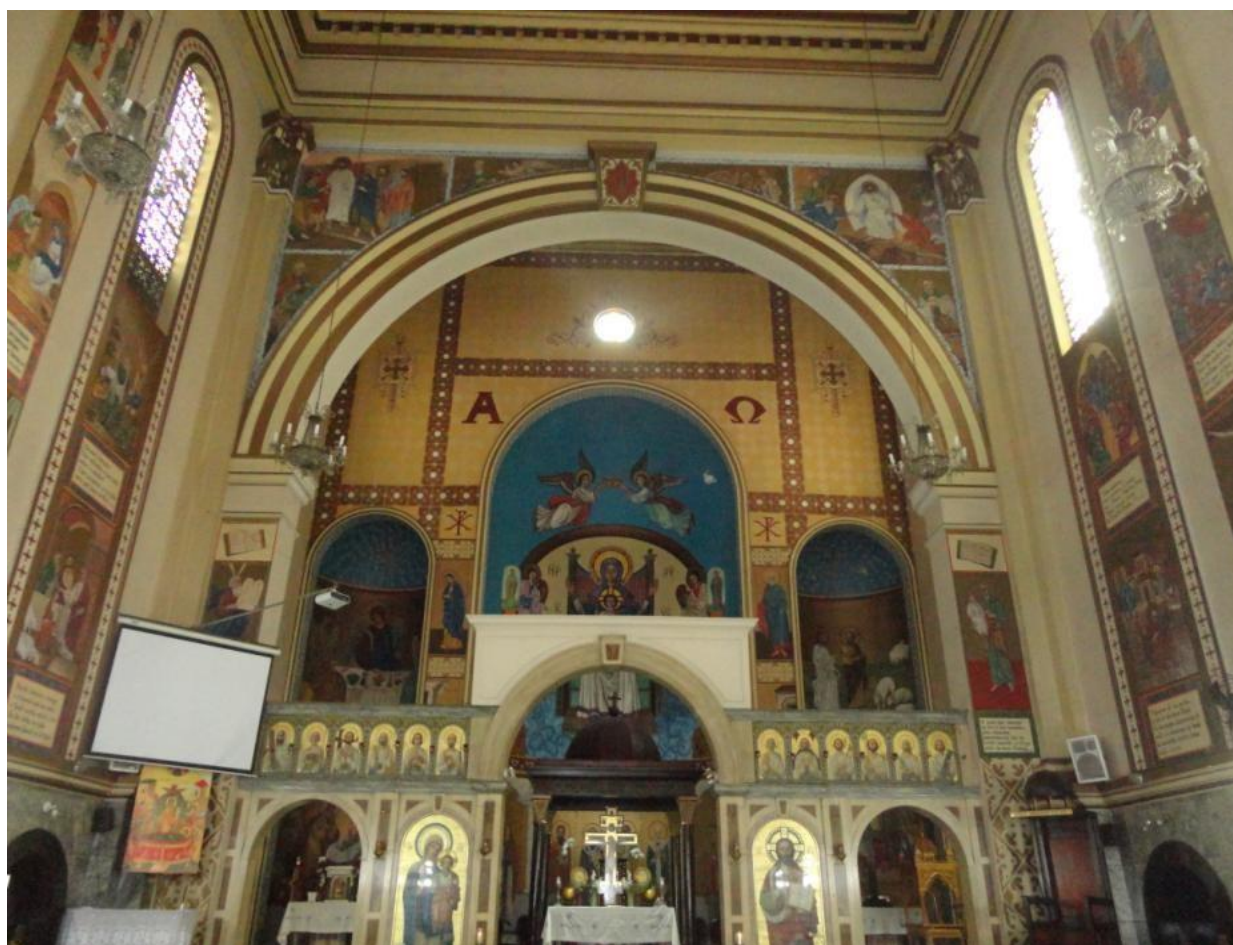
A fundação da primeira Igreja Católica Melquita em São Paulo e no Brasil foi de responsabilidade do Conselho Melquita, composto por famílias como Maluf, Khalil, Zarzur, Soubhie, Sayeg, Nahas, Farah, Nahas, entre outras. Em 1905, ocorreu a compra de um terreno que, inadvertidamente, foi cedido à Cúria Metropolitana em 1931. Como ato compensatório, os melquitas puderam usar a Igreja de Santa Generosa, no bairro do Paraíso, e receberam compensação financeira para adquirir outro lote. Em 1951, foi lançada a pedra fundamental; em 1952, ela foi inaugurada; em 1953, tornou-se paróquia; e em 1972, Diocese Melquita Nossa Senhora do Paraíso (Figura 7). Apesar da vinculação com a imigração síria e libanesa desde seus primórdios, hoje a igreja está muito longe desses fiéis que um dia a idealizaram. Ainda assim, o rito é oriental bizantino, e aos domingos, a celebração da missa é em português, grego e árabe.

**FIGURA 7** – Igreja Nossa Senhora do Paraíso



**Fonte:** Acervo da autora



**FIGURA 8** – Iconostásio

**Fonte:** Acervo da autora.

Além dessas três maiores igrejas cristãs de origem imigrante árabe, podemos destacar ainda as igrejas que não estão em comunhão nem com o ramo ortodoxo, nem com o ramo latino. Denominam-se igrejas não calcedonianas ou antigas igrejas orientais (também autodenominadas ortodoxas orientais ou antigas ortodoxas orientais) as doutrinas cristãs que aceitam apenas as decisões dos três primeiros concílios ecumênicos (Niceia, Constantinopla e Éfeso), tendo surgido após o Concílio de Calcedônia de 451, que reafirmou a doutrina das duas naturezas de Cristo, aceita por católicos latinos, católicos ortodoxos e protestantes.

Essa igreja está organizada em seis igrejas nacionais autocéfalas e em várias igrejas autônomas associadas, que partilham das mesmas crenças e doutrinas. São elas: a Igreja Apostólica Armênia, a Igreja Ortodoxa Síria, a Igreja Ortodoxa Copta, a Igreja Ortodoxa Etíope, a Igreja Ortodoxa Indiana e a Igreja Ortodoxa Eritréia. No Brasil, estão presentes



os ramos sírio e armênio, tendo recentemente chegado a igreja copta. Os imigrantes árabes provenientes do norte da Síria denominam-se *sirian*, falam a língua árabe e o siríaco (ou *siriani*) e remetem sua origem aos assírios que ocupavam a região correspondente à Mesopotâmia. Os *sirians*, como se denominam, dividiram-se em duas seitas minoritárias. O ramo católico *sirian*, ligado à igreja latina, rapidamente se assimilou nas novas terras, pela ligação com a Igreja Católica, mas edificou a Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Belo Horizonte, na qual ocorrem cultos orientais dessa comunidade e dos melquitas.

Já o ramo ortodoxo *sirian* chegou ao Brasil a partir de 1904, mas as atividades sociais e religiosa, com a fundação da Sociedade Beneficente Ortodoxa Santa Maria, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, foram organizadas apenas 1940. Em 1951, acrescentou-se o termo *sirian* à instituição, passando a ser identificada como Sociedade Religiosa Beneficente Sirian Ortodoxa Santa Maria. Entre os objetivos da sociedade estavam o de zelar pela manutenção da comunidade sirian-ortodoxa na imigração, arrecadar fundos para a construção de uma igreja com uma escola e ajudar os necessitados. A igreja funcionou provisoriamente num salão da Rua Morato Coelho, em Pinheiros, até a construção do templo na Vila Clementino, em São Paulo, denominada Igreja Sirian Ortodoxa Santa Maria. Ela permanece sob a manutenção da sociedade que a idealizou e realiza missas em português, aramaico e árabe para atender à comunidade imigrante.

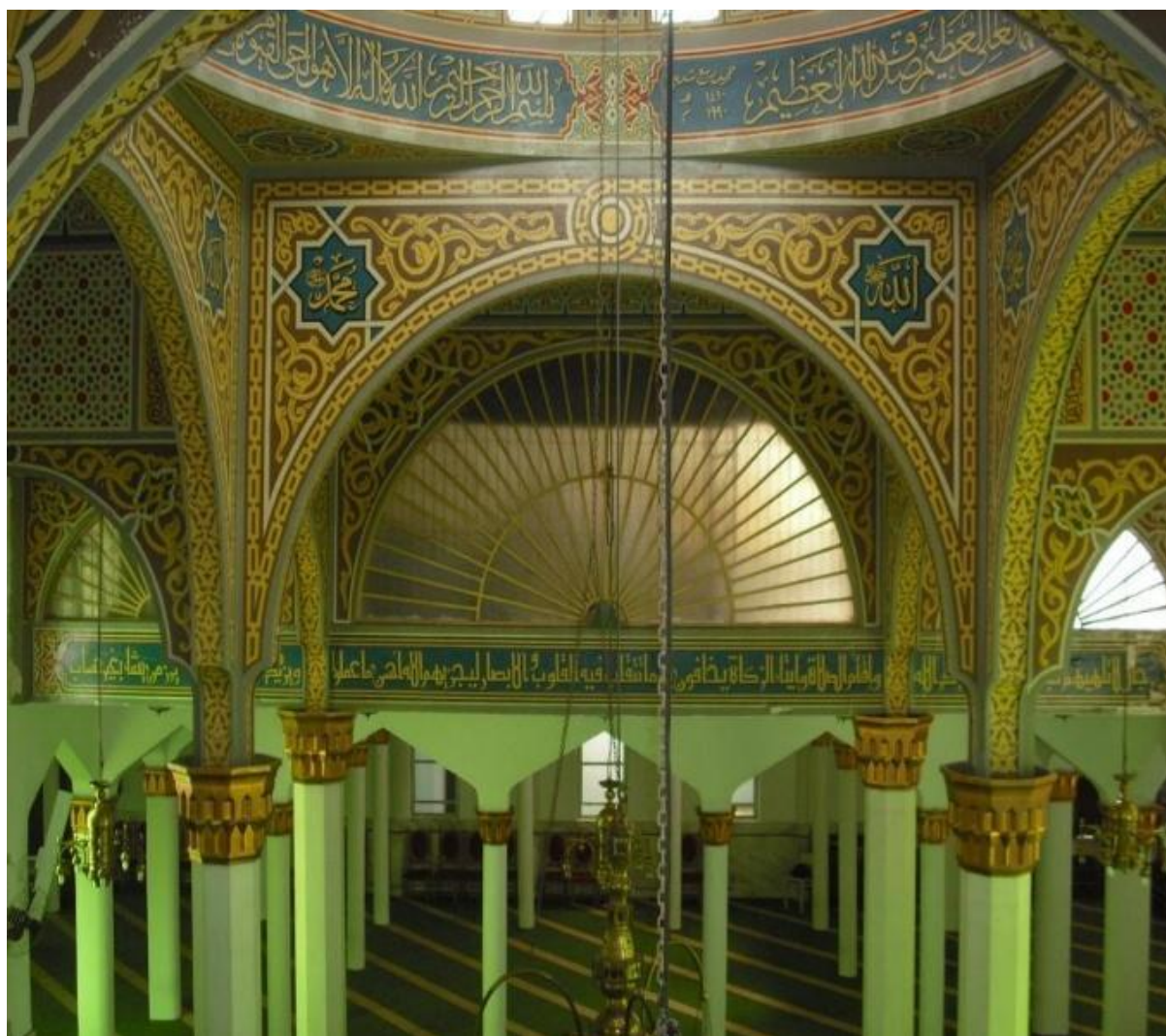
Há ainda outros templos *sirian* no Brasil: a Igreja Siríaca Ortodoxa São João Batista, em Mirandópolis (SP); a Igreja Siríaca Ortodoxa São Jorge, em Campo Grande (MS); e a Igreja Siríaca Ortodoxa São Pedro, em Belo Horizonte. Todas elas estão ligadas ao Patriarcado Sirian-Ortodoxo de Antioquia, com sede em Damasco, na Síria, remetendo às origens dessa comunidade.

Finalmente, destaca-se a presença dos imigrantes árabes protestantes, convertidos em suas terras de origem pelas missões religiosas norte-americanas, que fundaram colégios em Beirute e no Cairo, que depois se tornariam, respectivamente, a Universidade Americana de Beirute e a Universidade Americana do Cairo. No Brasil, a assimilação dos protestantes árabes ocorreu rapidamente nas congregações missionárias congêneres, mas também houve tentativa de criação de uma igreja própria, denominada Igreja Evangélica Síria, instalada na região central de São Paulo, que durou de 1922 a 1935, em torno do ministro Khalil Kassis, proveniente do Líbano. Atualmente, existe a Igreja Evangélica Árabe de São Paulo, situada na região da Vila Mariana, bem como uma Igreja Evangélica Árabe em Foz do Iguaçu.

## Muçulmanos e suas vertentes religiosas

Por décadas, a Mesquita Brasil reinou soberana como o único templo islâmico de São Paulo e do país, e por meio da Sociedade Beneficente Muçulmana, também foi fundado o primeiro cemitério islâmico na cidade de Guarulhos. As divisões nacionais — sírios, libaneses e palestinos — e as divisões sectárias — sunismo e xiismo — não tiveram lugar no único espaço religioso disponível na cidade, sendo a mesquita e a sala de orações (Figura 9) utilizadas pelos diferentes membros dessa comunidade por muitos anos de forma indistinta.

**FIGURA 9** – Sala de Orações da Mesquita Brasil



**Fonte:** Acervo da autora.

No entanto, esse cenário passaria por uma mudança devido ao aumento dos fluxos migratórios e à dispersão geográfica dos imigrantes muçulmanos pelos diferentes bairros da cidade, área metropolitana, interior e litoral de São Paulo, como também pelo país. Mais do que o aspecto religioso, essas mesquitas foram precedidas de sociedades e associações de benemerência, que uniam diversos objetivos: preservação e divulgação cultural, manutenção da comunidade, convivência e coesão social, sociabilidades e reforço dos laços familiares e comunitários.

Entre as mesquitas mais antigas de São Paulo, destacam-se a Mesquita da Misericórdia, de Santo Amaro (Figuras 10 e 11), inaugurada em 1977, no mesmo ano da Mesquita de Campinas, e a Mesquita Khalid ibn Walid, de São Miguel, inaugurada em 1982. Posteriormente, surgiram muitas outras, como em Guarulhos, Mogi das Cruzes, Jundiaí, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, Santos, Barretos, Lajes, Colina e Taubaté, totalizando, no estado de São Paulo, 36 entidades, além de 2 em Minas Gerais (Belo Horizonte e Juiz de Fora), 1 no Rio de Janeiro e 1 no Espírito Santo. Na região Sul do Brasil, há 32 instituições, sendo 24 no Paraná, 4 no Rio Grande do Sul e 4 em Santa Catarina. A Mesquita Rei Faïçal, de Londrina, foi inaugurada em 1968, e a Mesquita Omar Ibn Al-Khatab, em Foz do Iguaçu, em 1983. Na região Centro-Oeste, são 13 mesquitas, sendo a Mesquita de Cuiabá a mais antiga delas, inaugurada em 1978. Em 2012, foi inaugurada a Mesquita de Manaus, a primeira da Região Norte. Diversas *mussalabs* (salas de oração) em centros e associações islâmicas servem aos propósitos religiosos em localidades onde ainda não há mesquitas edificadas.

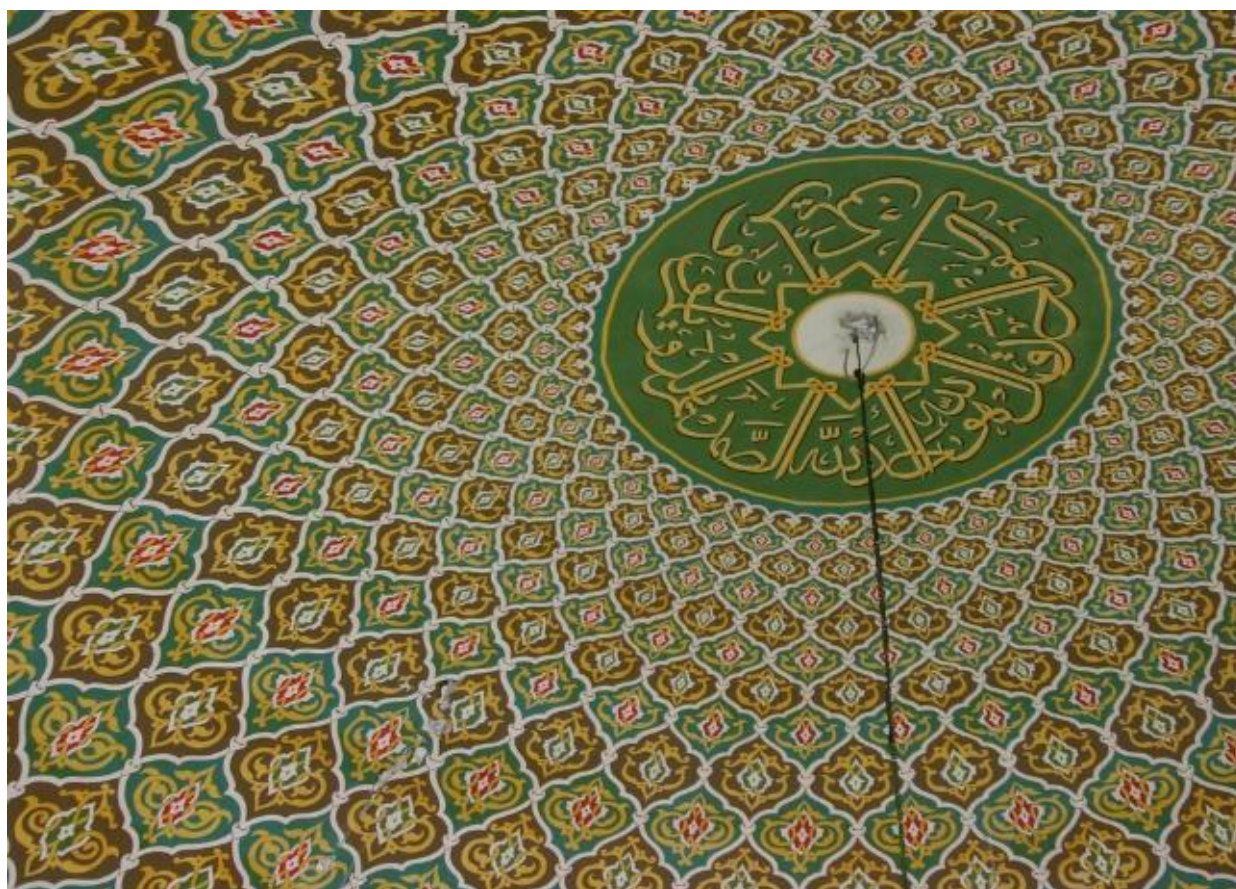


**FIGURA 10** – Mesquita da Misericórdia



**Fonte:** Divulgação @sobemsa.



**FIGURA 11** – Detalhe da Cúpula

**Fonte:** Divulgação @sobemsa.

A maior parte dessas sociedades, associações e centros de divulgação que mantêm as mesquitas segue a tradição sunita, o ramo majoritário do islamismo, que, *grosso modo*, reconhece a autoridade e liderança dos primeiros califas Rashidun (Abu Bakr, Omar, Osman e Ali). Em menor número estão as entidades xiitas, que reivindicam a descendência familiar na sucessão do profeta em Ali, seu primo e genro, em oposição aos três primeiros califas. Os partidários de Ali ficaram conhecidos como *shi'a* ou *shi'ali* (xia, xiita) ou *matualli* (retornados a Ali).

Nos primórdios da imigração, questões históricas, e mesmo de prática religiosa, careciam de rigor litúrgico e conhecimento mais aprofundado dos preceitos, considerando que os pioneiros eram jovens semianalfabetos e seguiram para a imigração sem uma liderança que os guiasse. A própria distinção entre sunismo e xiismo era muito tênue, não havendo, naquele momento, a necessidade de uma separação efetiva entre eles. Por isso, a Mesquita Brasil agrupou ambas as vertentes em seus primórdios, e mesmo o Cemitério

Islâmico de Guarulhos, mantido pela Sociedade Beneficente Muçulmana, não faz essa distinção ainda atualmente.

A década de 1980 trouxe mudanças tanto para o grupo sunita quanto para o xiita. No caso dos sunitas, são destacáveis a Liga da Juventude Islâmica, no bairro do Pari, que atua como um centro de divulgação, menos ligada às questões comunitárias e sociais e mais preocupada com a propagação da fé religiosa. Assim, suas ações se voltam para o ensino da língua árabe, para os estudos religiosos e para a tradução e divulgação de obras, além de servir como um local de referência para quem procura conhecer mais sobre o islamismo. Essa também é uma das características do conjunto de instituições islâmicas em São Bernardo do Campo, que se considera a capital muçulmana do Brasil. O conjunto é formado pela Sociedade Islâmica de Beneficência e a Mesquita Abu Bakr Assadiq, a Junta de Assistência Islâmica Internacional, o Centro de Divulgação do Islã para a América Latina (CDIAL), a Assembleia Mundial da Juventude Islâmica (WAMY, na sigla inglesa), a Editora Makkah e o CDIAL-Halal, que orienta e emite certificações para o menor animal *halal*.

No caso dos xiitas, em 1980 foi criada a Associação Beneficente Islâmica do Brasil, que, no ano seguinte, adquiriu um terreno para a construção da Mesquita Mohammad Mensageiro de Deus, mais conhecida como Mesquita do Brás (Figura 12). O modelo arquitetônico segue o padrão clássico persa safávida dos séculos XVI ao XVIII, apresentando uma cúpula central em gota, arcos ogivais, dois minaretes e decoração com mosaicos azulejados. Internamente, é simples, contando com o *mibrab* (Figura 13), painéis em azulejo com a inscrição da Shahada e o testemunho de fé, e nos quatro cantos, há a escrita em árabe de Muhammad, Ali, Hassan e Hussein. Seguindo as orientações dos praticantes dessa vertente, a mesquita está dedicada às festividades religiosas comuns a todos os muçulmanos, como as celebrações de Ramadã e da peregrinação a Meca, e às específicas do xiismo, como os aniversários de nascimento e martírio de Ali, Hassan e Hussein, e de mulheres relevantes para a história do islamismo em geral e do xiismo em particular, como Khadija, Fátima e Zainab. Além disso, há um caráter fortemente político com as celebrações da resistência libanesa, do dia de Jerusalém e da Revolução Iraniana.



**FIGURA 12** – Mesquita do Brás



**Fonte:** Acervo da autora.

**FIGURA 13** – Interior da Mesquita do Brás



**Fonte:** Acervo da autora.

Além de São Paulo, que também conta com a Mesquita Ali Ibn Abi Talib, na Vila São José, na zona Sul, o xiismo está presente na cidade de Curitiba, no Paraná. Assim como a Mesquita Brasil em seus primórdios, essas instituições também tinham, o objetivo de manutenção e convivência social entre os muçulmanos árabes, independentemente da vertente islâmica. Em 1957, foi fundada a Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná e, em 1976, foi inaugurada a Mesquita Ali Ibn Abi Talib, remodelada arquitetonicamente em 1983. A região Centro-Oeste tem duas mesquitas xiitas: a Mesquita de Ponta Porã (MS) e a Mesquita Iman Ali em Ponta Grossa (MT). Salas de orações, chamadas de Husseynia, são encontradas em Foz do Iguaçu, Campo Grande e Brasília. Em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina onde não instituições exclusivamente xiitas, frequentam-se os templos sunitas, comprovando que, na imigração, as divergências sectárias podem ser diluídas e outros fatores identitários podem gerar formas de comunhão.

Além dos ramos majoritários sunita e xiita, outras minorias islâmicas formaram comunidades imigrantes no Brasil, destacando-se os drusos e os alauítas, que são ramificações do xiismo ismaelita. Devido às perseguições sofridas, essas comunidades recorreram à prática da *taqqiya* — do árabe, “dissimulação” — como forma de convivência na sociedade receptora, aceitando a religião dominante na aparência e praticando sua fé em segredo. Por isso, também não edificam templos religiosos. Para os muçulmanos, muitas vezes os drusos e os alauítas foram compreendidos como seitas heréticas e, por esse motivo, negam-lhes o pertencimento ao mundo islâmico. Etnicamente, são de origem árabe e se estabeleceram sobretudo no Líbano e na Síria, de onde partiram para o Brasil.

Os drusos surgiram no califado fatímida do Egito, durante o reinado de Hakim Ibn Nizar, no século X. Do ponto de vista religioso, os drusos são uma seita hermética e acessível apenas aos iniciados e identificam sua fé como unitarista, ou como *abul al tamhid*, o povo do monoteísmo. Eles creem na reencarnação, aboliram os rituais religiosos e mantêm sete pilares religiosos, acrescentando a jihad e a lealdade ao iman aos cinco pilares do islamismo, que deve ser compreendido no sentido alegórico. A comunidade é dirigida por um chefe espiritual, sheik, que detém um poder pessoal de direito sucessório e de gestão dos bens da comunidade.

No Brasil, a comunidade drusa chegou a partir do fim do século XIX, como um grupo minoritário entre os sírios e libaneses, e passou por uma nova onda nas décadas de 1960 e 1970. Esse grupo concentra-se, sobretudo, em Minas Gerais, onde fundou, em 1925,

a Sociedade Beneficente Sírio-Libanesa, em Teófilo Otoni, que durou até 1956. Em 1929, fundou também a Sociedade Beneficente Druziense, na cidade de Oliveira, que se tornou a Liga Beneficente Drusa do Brasil em Belo Horizonte, em 1956. Ainda, em 1981 foi criado o Lar Beneficente Druzo Brasileiro em Belo Horizonte. Em São Paulo, foi criada a Sociedade Unitarista Druza Brasileira, responsável pelo Lar Druzo Brasileiro, fundado em 1969, no bairro de Santana. Em 2009, foi criado o Lar Druzo Brasileiro de Foz do Iguaçu.

Os alauítas ou nussairitas, surgidos na Síria no século IX, são os seguidores de Muhamad Ibn Nassir. Os alauítas creem em Deus e reconhecem Muhammad como seu profeta, mas divinizam Ali como deus encarnado, daí sua designação como seguidores de Ali. Entre seus ritos religiosos estão a prática do Ramadã, as interdições alimentares, a crença em seis pilares, sendo o jîhad o sexto. Além disso, o Eid al Fitr e o Eid al Adha também celebram a Páscoa e o Natal em 6 de janeiro, de acordo com o calendário Juliano. No Brasil, a comunidade alauíta formou-se a partir do início do século XX e se concentrou principalmente em Goiás e no Rio de Janeiro, tendo fundado, em 1922, a Sociedade Beneficente Alauíta. Um pequeno grupo se instalou em São Paulo, onde mantém a Sociedade Beneficente Islâmica Alauíta de São Paulo, na Vila Mariana.

## **Considerações finais**

A diversidade religiosa é um aspecto fundamental das questões ligadas aos povos árabes e marca a presença desse grupo na imigração. Ligadas intimamente ao fluxo migratório, podem-se perceber duas realidades: no caso cristão, a comunidade árabe esteve estritamente ligada à sua criação e administração e à manutenção dos ritos e da língua. No entanto, apesar de ainda manter laços afetivos, tem ocorrido, ao longo das gerações, um esvaziamento e distanciamento dos descendentes de imigrantes dessas instituições. Eventualmente, batismos, exéquias e casamentos continuam ocorrendo, mas de uma forma mais simbólica que por questões de fé. A manutenção dos ritos orientais e da língua árabe é uma forma simbólica da preservação dessa identidade, mesmo que os frequentadores, de ascendência árabe ou não, estejam cada vez mais distantes dessa realidade.

No caso muçulmano, há ainda uma estreita relação entre a comunidade e as mesquitas, que funcionam não apenas como um espaço religioso, mas também como um lugar congregacional e de forte ligação étnica. Esse fato marca uma nova divisão dentro do



grupo diaspórico islâmico: de um lado, os de origem libanesa, criadores e mantenedores dessas instituições; e de outro, os demais grupos muçulmanos não árabes, sobretudo provenientes de países africanos ou asiáticos, e os convertidos. Ainda que se afirme um universalismo islâmico, no Brasil, o islamismo se mantém fortemente relacionado ao pertencimento étnico e nacional, e para as mesquitas se dirigem tantos os membros mais velhos quanto os jovens, que têm reavivado tanto a expressão de sua fé quanto seu pertencimento a uma comunidade árabe e de origem libanesa. Cultos em árabe e aulas de língua e religião dividem importância com festas religiosas e festas sociais, como forma de aproximar e manter coesa as novas gerações em torno de sociabilidades e socializações que visam reforçar o sentimento de pertença identitária.

De toda forma, o que se pode considerar é a importância dessas instituições religiosas para a consolidação do grupo e como forma de ser e pertencer à sociedade de acolhida. Igrejas, catedrais, mesquitas e salas de orações se destacam na paisagem urbana da cidade de São Paulo e de outras tantas cidades do estado e do país, que recebeu e continua recebendo imigrantes e refugiados provenientes de lugares do mundo onde a intolerância, a perseguição e o atentado à vida humana não poderiam jamais ter tido lugar.

## Referências

ASSAF, R.; BARAKAT, L (org.). *Atlas du Liban: géographie, histoire, économie*. Beyrouth: Presses de l'Université Saint-Joseph, 2003.

DUOUN, T. *A imigração sírio-libanesa às Terras da Promissão*. São Paulo: Tipografia Árabe, 1944.

HAJJAR, C. F. *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Ícone, 1985.

JORGE, S. *Álbum da Colônia Sírio Libanesa no Brasil*. São Paulo: Soc. Imprensa Paulista, [1944?].

KARAM, J. T. *Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil*

neoliberal. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KNOWLTON, C. *Sírios e libaneses*. São Paulo: Anhembi, 1960.

LOIACONO, M. A Igreja Ortodoxa no Brasil. *Religiosidade no Brasil*, São Paulo, n. 67, 2005, p.116-131. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i67p116-131>.

OSMAN, S. A. *Imigração árabe no Brasil*. História oral de imigrantes libaneses e muçulmanos. São Paulo: Xamã, 2011.

OSMAN, S. A. Cristãos e muçulmanos na experiência migratória árabe no Brasil. In: DIETRICH, A. M.;

MOURA, C. A. S.; SILVA, E. M. *Viajantes, missionários e imigrantes: a história em movimento*. Campinas: Unicamp, 2013. p. 209-240.

OSMAN, S. A. Os árabes e suas religiões: islamismo e cristianismo na comunidade imigrante. In: BAGGIO, F.; PARISI, P.; SANCHEZ, W. *Mobilidade humana e identidades religiosas*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 331-342.

OSMAN, S. A. Presença muçulmana no Brasil: breve resumo histórico. *Hamsa*, Evora, n. 5, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/hamsa/343>. Acesso em: 20 set. 2025.

PINTO, P. G. H. R. Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas comunidades ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006

muçulmanas no Brasil. *Religiosidade no Brasil*, São Paulo, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i67p228-249>.

SAFADY, J. *A imigração árabe no Brasil (1880-1970)*. São Paulo: Garatuja, 1994.

SAID, E. *Orientalismo*. O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRUZZI, O. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2008.

ZAHAR, L. *Líbano, espejo del Medio Oriente: comunidad, confesión y Estado, siglos VII-XXI*. México: El Colegio de México, 2004.